

QUARTA, 05/05/2021, 06:00

Venda de antiguidades pela internet quadruplica e acende alerta para comércio ilegal

O dado é de um levantamento do Ministério Público de Minas Gerais, feito a pedido da CBN. Esse aumento chamou a atenção do órgão sobre a venda ilegal de arte, que, segundo os promotores, se intensificou com o uso de sites de leilões para comercializar itens roubados ou furtados. MG tem mais de 700 objetos históricos desaparecidos.



Durante a pandemia, venda online de antiguidades quadruplicou. Divulgação/MPMG

POR DÉBORA COSTA (debora.costa@cbn.com.br)

A pandemia de Covid-19 modificou o mercado de venda de antiguidades no Brasil. Se antes esse tipo de comércio era muito forte em lojas, feiras e galerias, agora, é feito quase que exclusivamente pela internet. Um levantamento do Ministério Público de Minas, feito para a CBN, aponta que a venda online de itens como esculturas, livros, documentos e quadros subiu 400% em um ano. Só que esse aumento preocupa o MP, uma vez que os vendedores ilegais de arte também cresceram durante a pandemia. Segundo os promotores, os comerciantes aproveitam o anonimato dos sites de leilões pra vender bens culturais furtados ou roubados.

Para tentar barrar essas vendas ilegais, foi montado um monitoramento digital, como explica o coordenador das Promotorias de Patrimônio Público de Minas Gerais, promotor Marcelo Maffra.

"Semanalmente, nós temos algum registro de bem desaparecido que está sendo comercializado na internet. Recebemos um caso de um documento que foi subtraído do Arquivo Público Mineiro e que estava sendo comercializado em um site de leilão virtual. E a partir do recebimento da denúncia,

nós já conseguimos entrar em contato com o responsável e rapidamente o anúncio foi retirado do ar e o bem está em processo de restituição."

Minas tem uma lista com 748 peças desaparecidas, principalmente de Arte Sacra do período barroco. Alguns desses objetos não são localizados há mais de 200 anos.

Além do monitoramento digital, o MP está desenvolvendo um aplicativo, em parceria com a UFMG, que vai permitir que a população tenha acesso ao banco de dados das peças desaparecidas e faça denúncias por esse canal. Além disso, o app vai rastrear na internet anúncios de comércio de antiguidades e cruzar com a lista de objetos extraviados. A ferramenta digital vai ser lançada em setembro deste ano.

Para o diretor de Promoção do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas, Luis Molinari Mundim, a população deve ficar atenta aos sinais de que essas peças vendidas na internet são, na verdade, bens tombados.

"Todos os negociantes de obras de arte no Brasil eles têm que estar cadastrados junto ao Iphan. Então é preciso verificar se a pessoa que está vendendo está apta a fazer essa venda. E, além disso, buscar no banco de dados de peças desaparecidas do próprio Ministério Público, Iphan e Iphan, se aquela imagem ou aquela peça, que ele tem interesse em comprar, se ela não consta em algum desses bancos. É sempre importante tomar essas precauções."

Ouro Preto, na região Central de Minas, foi alvo do maior furto de peças sacras do Brasil, há quase 50 anos. Os criminosos levaram 17 objetos da Basílica de Nossa Senhora do Pilar, como um conjunto português de custódia e cálices do início do século 18. O crime chegou a ser investigado, mas nenhum dos bens foi recuperado. O historiador e diretor do Museu de Arte Sacra de Ouro Preto, Carlos José Aparecido de Oliveira, afirma que a comunidade ainda alimenta a esperança de recuperar as obras.

"Se a pessoa que estiver com esses objetos e quisesse devolver é muito fácil, às vezes é só mandar entregar ou colocar no correio. E a devolução, ela significa muito para a cidade de Ouro Preto e uma comunidade que, inclusive, fazia uso desses objetos, até então antes do roubo. Muitas pessoas alimentam ainda a esperança de algum dia que esses objetos retornem e que a gente possa reutilizá-los no culto religioso."

Nos últimos cinco anos, apenas oito peças extraviadas do patrimônio mineiro foram recuperadas, a maioria por devolução espontânea. O Ministério Público de Minas também tem auxílio da Interpol na busca dos itens furtados ou roubados, já que há fortes indícios de tráfico para fora do Brasil.

Fonte: <https://m.cbn.globoradio.globo.com/media/audio/339826/venda-de-antiguidades-pela-internet-quadruplica-e-.htm>